

Quem tem Direito à Informação? Um Estudo sobre a Falta de Acessibilidade Comunicativa no Telejornalismo para a Comunidade Surda¹

Jéssie Marielle Ribeiro da SILVA²

Fabiana SOARES³

Centro Universitário Leonardo da Vinci, Lages, SC

Resumo

Apesar de o acesso à informação ser um direito garantido pela Constituição a todos os brasileiros, pessoas surdas têm dificuldades no consumo de notícias nos telejornais. O objetivo desta pesquisa é identificar como a falta de acessibilidade comunicativa interfere no consumo de notícias televisivas por indivíduos surdos, buscando compreender quais as dificuldades que essas pessoas encontram no acesso à informação, bem como seus anseios em relação ao telejornalismo. Os dados para este estudo foram coletados através de um formulário em formato de vídeo na Língua Brasileira de Sinais (Libras), além disso, foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando-se das bases de dados Scielo e Google Acadêmico.

Palavras-chave: Acessibilidade; Telejornalismo; Surdos; Comunicação; Cidadania;

1 Introdução

O jornalismo tem por missão transmitir informações à população de forma clara, objetiva e imparcial. Esse processo ocorre de modo que todos tenham acesso ao que acontece na sociedade, sem distinção de classe, gênero, religião ou qualquer outra característica individual.

No entanto, devido à falta de acessibilidade comunicativa, nem todos os cidadãos estão tendo acesso a estas informações. Essa realidade conduz ao seguinte questionamento: Como o jornalismo impacta a vida de pessoas com algum tipo de especificidade, quando não há acessibilidade?

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista formada pelo curso de Comunicação Social – Hab. em Jornalismo pela Unifacvest (2020). Estudante de pós-graduação em Marketing Digital no Centro Universitário Leonardo da Vinci - Lages - SC. E-mail: jehmariribeiro@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Docente dos Cursos de Comunicação Social e dos Cursos EAD da Unifacvest (Lages-SC). Jornalista (Unisinos/RS). Licenciada em Letras: Português/Inglês (Unicesumar/ PR). Especialista em Teoria do Jornalismo e Comunicação de Massa (PUC/RS). Mestre em Linguística (UFSC/SC) e Doutora em Ciências da Linguagem (Unisul/SC). Professora da Rede Estadual de Ensino do RS. E-mail: imp.fabi@hotmail.com.

Para o foco de interesse dessa pesquisa escolheu-se a comunidade surda, que é constituída por indivíduos que possuem a perda total da audição e se identificam com a cultura surda, e que é fortemente prejudicada pela falta de acessibilidade comunicativa no âmbito jornalístico. Esta falta de acessibilidade não influencia somente no cotidiano dessas pessoas, mas também na garantia dos seus direitos assegurados pela Constituição Federal.

Segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 5% da população brasileira é composta por pessoas surdas, este número equivale a mais de 10 milhões de cidadãos, dos quais 2,7 milhões possuem surdez profunda. Levando em consideração o grande número de surdos brasileiros, questiona-se como as notícias televisivas estão chegando a eles, já que a televisão aberta, geralmente, não dispõe de acessibilidade no que tange à disseminação de informações.

Sendo assim, essa pesquisa objetiva identificar quais as influências da falta de acessibilidade comunicativa na experiência de pessoas surdas, ao consumir conteúdos jornalísticos. Nessa perspectiva, buscou-se compreender quais as dificuldades que essas pessoas encontram no consumo de notícias televisivas, bem como analisar quais os anseios desses indivíduos em relação a este consumo.

A importância dessa pesquisa se dá pelo caráter social e humano, que deve ser à base do jornalismo, mas que não é exercida, quando pessoas surdas encontram barreiras no acesso à informação nos telejornais.

Para a realização deste trabalho foi enviado um formulário para cinco indivíduos surdos, no qual, através de um vídeo na Língua Brasileira de Sinais (Libras), o tradutor/intérprete os questionou sobre as dificuldades da Comunidade Surda em relação ao consumo de notícias televisivas. As respostas também foram coletadas em Libras por meio do formulário. Com o auxílio do mesmo tradutor, foi possível analisar e coletar os dados necessários para esta pesquisa. Além disso, foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando-se das bases de dados Scielo e Google Acadêmico.

2 A Cultura Surda e suas Particularidades

Segundo Strobel (2008) grande parte das questões referentes à cultura surda deriva do fato de que as pessoas não conhecem e não sabem como é o mundo dos surdos. A autora enfatiza que o senso comum imagina os sujeitos surdos como pessoas

isoladas e que necessitam fazer parte da cultura ouvinte: “Para viver “normal”, segundo a sociedade, é preciso ouvir e falar”, ressalta.

Esse pensamento, de acordo com ela, é totalmente equivocado, pois os povos surdos não vivem isolados e nem são incomunicáveis, apenas se comunicam e vivem de forma diferente.

Esse fato reflete a importância de discutir sobre a surdez, não mais como doença, mas sim como uma particularidade que deve ser respeitada e conhecida. Segundo o autor americano Wilcox (2005, p.78, *apud* STROBEL,2013. p. 32), embora seja utilizado o termo cultura surda, isso não significa que todas as pessoas surdas têm os mesmos gostos e interesses. Assim como em outras culturas, há diversidades nas comunidades surdas, e elas se organizam de acordo com seus ideais políticos e sociais.

Além disso, a Língua de Sinais também não é universal. Em sua construção, ela sofreu influências culturais e linguísticas de cada país, o que diversificou os sinais em diferentes partes do mundo.

Gesser (2009) ressalta que a maioria dos sujeitos surdos participa da cultura ouvinte, mas isso não torna os sujeitos menos surdos. Ele enfatiza ainda que a comunidade ouvinte tenta impor a Língua Portuguesa na vida de pessoas surdas, acreditando que esse é o único meio para que esses sujeitos sobrevivam na sociedade de forma “normal”.

Esse equívoco mostra como a preocupação da sociedade ouvinte se dá de forma restrita e ignorante, uma vez que o surdo tem direito de se comunicar com a sua língua nativa e nem por isso deixar de ter seus direitos como cidadão. Conhecer os sujeitos surdos e suas diversidades é o primeiro passo para a construção de uma narrativa mais acessível e inclusiva.

3 O Telejornal e o Papel Social do Jornalismo

Ao longo dos anos, o jornalismo passou por diversas mudanças, desde sua linguagem até os meios de comunicação em que se apresenta. Com o advento da tecnologia, o jornalismo impresso migrou para o rádio, para a televisão e para a internet, mas sempre seguindo o seu papel social fundamental: informar e comunicar a sociedade com a disseminação de informações relevantes e verídicas a ela, fazendo com que o receptor seja capaz de criar suas próprias conclusões e exercer o seu papel como cidadão.

Contudo, há impasses na transmissão de notícias para diferentes públicos, uma vez que nos telejornais brasileiros, várias particularidades dos indivíduos não são levadas em consideração na criação e disseminação de notícias. No que diz respeito à comunidade surda, a falta da acessibilidade nos telejornais prejudica na compreensão da mensagem, visto que ela recebe apenas as imagens, mas não tem acesso aos recursos sonoros.

Isso traz à tona um grande problema: o fato de que, nessas situações, o papel social do jornalismo surte efeito contrário, produzindo desinformação de algumas minorias que perdem o seu direito de autonomia e isonomia e precisam esperar informações vindas de terceiros que tenham tido acesso a informação, ficando vulneráveis a falsas informações ou informações incompletas.

O Repórter Visual na TV Brasil, fundado em 1993, é o único telejornal brasileiro que exibe seus noticiários diariamente traduzidos para a Libras. Com o objetivo de ampliar o acesso de pessoas surdas aos meios de comunicação e mostrar o lugar que esses cidadãos ocupam na sociedade, o programa realiza semanalmente entrevistas com pessoas que possuem alguma deficiência ou profissionais da área, além de transmitir as informações que foram dadas em outros telejornais durante o dia.

Com exceção deste programa, os telejornais não contam com a presença de um intérprete de Libras durante sua transmissão, esquecendo que esse público também consome e tem direito à informação. Apesar do advento da internet, a televisão ainda é um dos meios de comunicação mais utilizados pela população brasileira. Isso ressalta ainda mais a necessidade de gerar discussões sobre acessibilidade comunicativa no telejornalismo.

Uma pesquisa realizada em 2016 pela Secretaria Especial de Comunicação Social do governo federal mostra que quase 90% da população se informa pela televisão e destes, 63% têm a TV como principal meio de informação. Segundo dados da Pnad Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação de 2018, divulgados pelo IBGE, em 96,4% dos domicílios pesquisados havia pelo menos um aparelho de TV, o que reforça a relevância do mesmo no cotidiano brasileiro.

Levando em consideração a importância do aparelho televisivo na vida dos brasileiros, bem como o compromisso ético dos jornalistas e seu papel social na sociedade, pode-se perceber que há deficiências no cumprimento desses papéis no que tange a notícia televisiva para pessoas surdas. Como comunicadores e importantes

agentes sociais, os jornalistas precisam levar em consideração as diversidades das pessoas em relação a suas capacidades para consumir os conteúdos jornalísticos e assim produzir materiais mais acessíveis.

4 Acessibilidade Comunicativa e o Exercício da Cidadania

Para entender o conceito de acessibilidade comunicativa, é preciso se ater ao seu significado básico. Segundo o artigo 3º da Lei Federal 13.146 - Lei Brasileira de Inclusão considera-se acessibilidade a:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015)

Portanto, quando se fala em acessibilidade comunicativa, significa oferecer recursos para que indivíduos que necessitam de serviços específicos para acessar o conteúdo consigam fazer isso com autonomia e isonomia, sem que se sintam incapazes ou excluídos do meio social. O capítulo II da LBI 13.146 (BRASIL, 2015) garante direitos à informação e à comunicação para pessoas com necessidades especiais. Em tese, todos os meios de comunicação devem ser acessíveis e utilizar de recursos adequados que promovam a igualdade entre os brasileiros.

Entretanto, a televisão que permite aos ouvintes escutar e enxergar a notícia é uma das maiores barreiras comunicacionais para pessoas surdas, pois em grande parte dos conteúdos, apenas a captação da imagem não é suficiente para que o indivíduo entenda a mensagem, principalmente nos telejornais. Alguns programas televisivos utilizam como recurso de acessibilidade o *closed caption*⁴ (CC), que se trata de uma legenda automática disponível nos aparelhos de televisão.

Apesar de ser uma alternativa razoável para os surdos, ela possui muitas falhas e não é totalmente inclusiva. Essas legendas, passam rapidamente no canto inferior da tela e as falas dos personagens são contínuas, sem descrição de quem está falando. Assim, o surdo não sabe identificar quem está comunicando, principalmente em um *OFF* de uma

⁴É um sistema de transmissão de legendas ocultas, através do sinal da televisão, que além da legenda convencional, indica em palavras os outros sons do vídeo.

matéria jornalística, por exemplo, o que é mais um impasse na compreensão da mensagem.

Além disso, grande parte da comunidade surda tem muita dificuldade na leitura e escrita da Língua Portuguesa. Isso se explica devido à criança ouvinte ser alfabetizada de forma visual e também através da fonética e do som, e a criança surda ter que aprender apenas visualmente. Sendo assim, nem todos os falantes de Libras compreendem a Língua Portuguesa, portanto o *closed caption* nem sempre é efetivo. Esse fato também explicita uma possível falta de preparo dos professores e o desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, que também é um fator que interfere na alfabetização.

Essa realidade salienta a importância da difusão da Libras como segunda língua oficial do país, para que as crianças surdas possam se comunicar desde pequenas, ampliando o seu conhecimento de mundo. Mas afinal, de que forma o jornalismo se relaciona com o exercício da plena cidadania?

Ser cidadão significa ser membro de um Estado e usufruir de direitos civis e políticos, desempenhando os deveres que lhe são atribuídos. Exercer a cidadania portanto, é participar do âmbito social usufruindo desses direitos garantidos pela Constituição, sem barreiras estabelecidas por classe, cor, gênero ou qualquer outra individualidade, como afirma Pinsky:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. (PINSKY, 2013. n. p.)

Levando em consideração os direitos ressaltados pelo autor como essenciais para desempenhar o papel de cidadão, é possível destacar o direito à igualdade, à liberdade e à educação como sendo os mais afetados na comunidade surda. Não há como falar em igualdade, quando indivíduos surdos não conseguem os mesmos privilégios que indivíduos ouvintes. Não há como falar em liberdade, quando esses mesmos indivíduos precisam da ajuda de terceiros para realizar diversas atividades no seu dia-a-dia e muito menos falar em educação, quando eles não têm acesso a comunicação para que possam aprender e esclarecer suas dúvidas.

A informação é um direito civil e humano fundamental para o exercício da cidadania, reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o direito de receber e transmitir informações, em diferentes meios e independentemente de fronteiras, sem qualquer interferência. Segundo Bonito e Santos (2019), é importante lembrar que reconhecer esse direito é indispensável e que ele não pode ser tratado como algo irrelevante.

Sendo assim, essas barreiras impedem que estes indivíduos tenham seus direitos, garantidos pela Constituição, respeitados. O Art. 1º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007) declara que *tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação*, e é neste ponto que o jornalismo se relaciona com a cidadania.

Como destaca Spomberg (2019), a acessibilidade vai muito além dos espaços urbanos e a acessibilidade comunicativa também é uma pauta que deve ser debatida. Se o papel social do jornalista é informar e comunicar a sociedade, de modo que o receptor seja capaz de compreender a notícia, criar suas próprias conclusões e exercer o seu papel como cidadão, de que forma um indivíduo que não consegue se comunicar e não tem acesso pleno à informação, pode dar sua opinião, se expressar ou construir suas próprias concepções?

Neste sentido, entende-se que o jornalismo, através do seu caráter social, desempenha um papel fundamental na sociedade. Mas, conforme Bonito, Santos e Beilfuss (2017), para que seu objetivo seja alcançado, é preciso repensar as práticas jornalísticas e suas consequências para pessoas com necessidades especiais, em nome da cidadania e em respeito aos Direitos Humanos.

5 As deficiências no jornalismo e o anseio da comunidade surda

Através de um formulário enviado aos participantes dessa pesquisa, contendo a seguinte questão “Quais são as dificuldades que você encontra no consumo de notícias televisivas e quais os seus anseios?” traduzida para a Libras, foi possível coletar os dados necessários para esta análise e com o auxílio de um tradutor/intérprete, as respostas dos indivíduos foram transcritas.

Buscou-se, dentro do universo surdo, cinco sujeitos que estivessem dispostos a participar deste trabalho. O grupo foi formado por três mulheres (W1, W2 E W3) e dois

homens (M1 e M2), quatro desses sujeitos são formados em Letras/Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e exercem papéis de destaque na sociedade, eles foram escolhidos com o intuito de demonstrar que mesmo com um grau maior de escolaridade, pessoas surdas ainda são muito afetadas pela falta de acessibilidade em diversas cidades do país.

O quinto sujeito (M2), com naturalidade da cidade de Lages, foi escolhido para trazer à tona a realidade do município e as barreiras comunicacionais que são impostas para sujeitos surdos diariamente na Serra Catarinense.

Os resultados foram divididos em duas partes, onde foi possível identificar duas categorias distintas: A primeira, chamada de “Falhas na Comunicação”, exemplifica a dificuldade dos indivíduos surdos no consumo de conteúdos televisivos e seus principais descontentamentos. A segunda categoria, foi nomeada como “Quem tem direito à informação?” e traz à tona as deficiências encontradas no papel social do jornalismo durante a transmissão de notícias televisivas.

5.1 Falhas na Comunicação

Segundo W1 há várias questões que precisam ser melhoradas no país. Entre elas, ela destaca o tamanho das janelas de intérpretes, que deveriam ser maiores, possibilitando uma melhor visualização. Ela afirma que isso facilitaria a acessibilidade para surdos que também possuem alguma dificuldade visual.

A norma ABNT NBR 15.209:2016 regulamenta o tamanho da janela de Libras na televisão. Segundo a norma, a janela deve ter no mínimo a metade da altura e um quarto da largura da tela, além disso, o intérprete de libras deve obedecer alguns requisitos básicos, como aspectos para captação de imagens e contraste, deixando a Libras em destaque. No entanto, muitas vezes esses tamanhos não são respeitados, o que acarreta na dificuldade da compreensão da mensagem por indivíduos surdos.

Esse fato pode ser exemplificado na fala do sujeito M1, que também reclama das proporções de tamanho utilizadas nas janelas de intérprete: “nós precisamos fazer todo um esforço visual para enxergar o que o intérprete está falando”⁵, destaca.

⁵ Original em libras, transcrito pelo tradutor/intérprete Jourdan Linder.

Ele ainda questiona qual o motivo de a janela ser menor do que a de quem oraliza e defende que a proporção do intérprete e a de quem está falando precisa ser igual na tela, havendo um equilíbrio e proporcionando um sentimento de igualdade. “Quando o intérprete está muito pequeno, precisamos ficar muito perto da tela para poder entender, porque o intérprete precisa ser menor?”⁶

M1 ainda evoca a legislação específica da área da Libras, afirmando que ela precisa ser conhecida pelas pessoas, para que todos possam perceber que os surdos também são seres humanos, que possuem sentimentos e vivem diariamente as limitações comunicacionais. Por isso, segundo ele, os ouvintes precisam desenvolver empatia, entendendo os sentimentos dos surdos.

Ao falar sobre intérpretes, W1 ainda comenta sobre o debate de candidatos à presidência dos Estados Unidos, onde havia um intérprete para cada debatedor. “Essa iniciativa foi muito legal e poderíamos fazer algo semelhante no Brasil”.⁷ W2 também menciona o debate como algo a ser utilizado no país, e afirma que apenas um intérprete para mais de uma pessoa, provoca uma confusão no entendimento da mensagem e que isso ocorre principalmente pela falta de preparo dos profissionais.

Ela indica que no caso de intérprete ouvinte, isso decorre do fato de o mesmo estar preso à estrutura da Língua Portuguesa. W2 ainda defende uma prova de proficiência para os intérpretes, que identifiquem sua fluência na língua antes da atuação, pois profissionais não fluentes, acabam tendo dificuldades em transmitir a mensagem e isso traz consequências para os surdos:

Por esse motivo a comunidade recebe a informação de forma engessada. Precisamos de alguém que comunique a informação de forma clara. Na situação atual, a comunidade perde muita informação, sendo este um grave problema que necessita ser melhorado. (W2)⁸

Outra dificuldade salientada pelos sujeitos pesquisados é a legenda oculta. Como dito anteriormente, a legenda é uma solução que promove a acessibilidade, mas ela não é totalmente inclusiva e possui falhas que atrapalham a comunicação. Para W3, a compra de um televisor que possuía função “legenda” melhorou muito o consumo de conteúdos

⁶ Original em libras, transcrito pelo tradutor/intérprete Jourdan Linder.

⁷ Original em libras, transcrito pelo tradutor/intérprete Jourdan Linder.

⁸ Original em libras, transcrito pelo tradutor/intérprete Jourdan Linder.

televisivos. No entanto, não são todos os canais que disponibilizam a função, além disso, ela ressalta que muitas vezes as palavras estão erradas, deixando a comunicação truncada⁹.

Para W2, a legenda também é um problema. Ela ressalta que as legendas possuem *delay*¹⁰ em relação a fala dos sujeitos, além dos erros de grafia nas legendas ocultas que causam perda das informações. Ela também relata a ausência de legendas e de intérpretes nas redes sociais, enfatizando que como cidadãos brasileiros, os surdos têm direito à informação, mas que esse direito lhes é negado constantemente.

5.2 Quem tem direito à informação?

O jornalismo atual busca constantemente uma aproximação com seu público-alvo, seja por meio de uma linguagem mais coloquial, pela expansão para as redes sociais ou pela disseminação de informações de interesse público. Mas para que esse objetivo seja realmente alcançado, é preciso levar em consideração as necessidades dos consumidores.

W3 ressalta que a visibilidade dos surdos no momento atual é muito importante. Ela destaca ainda que nunca antes na história se viu governantes acompanhados de intérpretes nos pronunciamentos oficiais, como se vê hoje. Isso reflete o atraso das políticas públicas para fornecer acesso adequado aos surdos, visto que essa é uma prática recente e não é adotada por todos os governantes.

As deficiências nas práticas jornalísticas são um impasse na vida de indivíduos surdos. O problema se torna ainda maior quando percebe-se que esse não é um assunto novo a ser debatido e que apesar de ser um tema relevante e tratar-se de Direitos Humanos, ele não é valorizado como tal. Souza (2005) afirma que entender os sentidos do outro lado é uma ferramenta que deve ser utilizada pelos jornalistas, para compreender à quem está chegando as notícias e enxergar o outro como telespectador dos conteúdos produzidos, humanizando o processo:

Diante disso, acreditamos que precisamos refletir sobre o tipo de trabalho que estamos prestando à sociedade alvo de nossos produtos. Isso porque, se dispomos de tais privilégios no que diz respeito à ética ou à pragmática do exercício profissional jornalístico, devemos exercer a profissão conciliando a

⁹ Incompleto; cujas partes essenciais foram retiradas;

¹⁰ Delay significa atraso e representa a diferença de tempo entre o envio e o recebimento de um sinal ou informação em sistemas de comunicação.

linha editorial do veículo em que trabalhamos com as necessidades do público a quem informamos. (SOUZA, 2005. p. 61)

Como destaca Souza, é importante privilegiar o respeito ao Código de Ética dos Jornalistas e compreender as necessidades dos indivíduos. Para W1, muitas mudanças são necessárias nos telejornais a fim de se ter uma sociedade mais unida. Ela afirma que já não há mais espaço para iniciativas isoladas e que chegou a hora de inserir não só os intérpretes na programação, mas também jornalistas surdos no mercado de trabalho.

M1 também reflete sobre a importância dos telejornais. Ele afirma que apesar de o jornal trazer informações importantes sobre os acontecimentos atuais, elas são comunicadas através da oralidade, sem a inserção da Libras, fazendo com que os telespectadores surdos apenas olhem, sem nada entender. Ele ainda destaca que os jornalistas precisam conhecer a Cultura Surda e perguntar a essa comunidade, quais os conteúdos eles precisam dentro de um telejornal.

Nós da comunidade surda, queremos adaptações e para que essas adaptações sejam realizadas, é importante que os veículos de comunicação estabeleçam contato com os surdos. Pois os surdos são visuais, a visualidade é uma característica inerente a eles. Além disso, as estruturas gramaticais da Língua Portuguesa e da Libras são diferentes. Portanto, é muito importante entender como os surdos são. (M1)¹¹

Neste sentido, é importante destacar a fala de W2 logo no início de sua resposta, onde ela relata que se surpreendeu e ficou emocionada ao perceber que o formulário foi construído em Libras e permitia a postagem de resposta na mesma língua através de vídeo-registro. Ela ainda afirma que já participou de outras pesquisas em que os formulários foram enviados em Língua Portuguesa e só aceitavam respostas de forma escrita em português, sendo esta a primeira vez que recebeu um formulário de pesquisa totalmente acessível.

Essa constatação é muito necessária para esta discussão, uma vez que é possível compreender como a acessibilidade impacta a vida de pessoas surdas que convivem diariamente com diversas barreiras comunicacionais. Como citado por M1 anteriormente, é importante lembrar que os surdos também são seres humanos e criar um senso de empatia e igualdade na difusão de informações.

¹¹ Original em libras, transcrito pelo tradutor/intérprete Jourdan Linder.

No que se refere aos telejornais, W2 defende que seria interessante se os telejornais trabalhassem com intérpretes surdos, comunicando as notícias de forma simultânea, pois o surdo é nativo da Libras e conhece bem sua estrutura, podendo então comunicar de forma clara e objetiva. Ela ainda propõe que quando há uma mulher e um homem ancorando um jornal, houvesse um intérprete homem e uma intérprete mulher, para que através do gênero o surdo identificasse quem está falando.

Já para W1, a inserção de jornalistas surdos é a melhor opção. Ela defende que a melhor solução para promover a acessibilidade nos telejornais, seriam jornalistas surdos apresentando as notícias de forma simultânea com âncoras ouvintes. Dessa forma, enquanto os jornalistas ouvintes oralizam as notícias na metade da tela, na outra metade os jornalistas surdos comunicam a mesma informação através da Libras.

Para o quinto sujeito pesquisado, M2, no entanto, as maiores limitações são em relação a centrais de atendimento 0800. Ele sugere a existência de uma plataforma visual em que os surdos pudessem clicar e interagir com o intérprete de forma síncrona. Ele ainda afirma que ter que pedir para um intérprete ligar para o 0800 em seu nome é uma situação inviável. “Eu preciso fazer isso e não o intérprete em meu lugar”¹², destaca. Ele considera este o principal limite na falta da acessibilidade na comunicação.

Analisando a resposta desse indivíduo é possível perceber vários fatores. O primeiro deles é que há a hipótese de esse sujeito estar tão alheio às informações, que nem percebe a importância do telejornal em sua vida. Isso decorre da falta de acessibilidade comunicativa que já o excluiu do núcleo de pessoas que buscam se manter informadas através do jornalismo. Além disso, há também as questões socioeconômicas da região onde ele vive.

Na cidade de Lages, há atualmente uma das maiores emissoras do estado de Santa Catarina, o SCC SBT, que sedia os jornais para toda região catarinense com as principais informações diárias. Questiona-se, portanto, quais as influências dessa emissora de grande porte na vida dos surdos lageanos e de que forma o telejornal local poderia ser usado para promover a igualdade entre esses indivíduos.

M2 apesar de mencionar em sua fala, que percebe a falta de acessibilidade nos meios de comunicação, deixa claro que isso não é um fator importante em sua vida,

¹² Original em libras, transcrito pelo tradutor/intérprete Jourdan Linder.

diferente dos outros indivíduos que possuem maior escolaridade e vivem em um contexto social diferente.

Considerações finais

De acordo com os dados obtidos nessa pesquisa constatou-se que a falta de acessibilidade comunicativa no âmbito jornalístico é um fator grave e que precisa ser resolvido. O objetivo desse trabalho era identificar quais as maiores dificuldades dos surdos no consumo de informação nos telejornais, mas com a diferença de realidade do sujeito M2 para os demais, constatou-se também que a falta de oportunidades e as questões socioeconômicas de uma região são fatores decisivos na construção de conhecimento dos indivíduos.

Falar sobre acessibilidade comunicativa nos dias atuais se faz cada vez mais necessário. Visto que na “era da informação”, em que notícias de qualquer parte do mundo chegam aos telejornais e à internet em questão de segundos, ficar desinformado é um dano irreversível.

Antes dessa análise, em conversa com uma das participantes foi possível compreender a importância de debater esse tema com cada vez mais ênfase. Segundo ela, uma das piores situações enfrentadas por sujeitos surdos foi durante a pandemia da Covid-19, quando as informações chegavam a todo instante e muitas vezes eles não tinham acesso. Em suas redes sociais W2 enfatizou que, neste momento, a falta de informação poderia significar a sua morte.

Essa discussão reflete a necessidade de construir uma sociedade mais acessível para toda população e de ressignificar o papel social do jornalismo brasileiro. É fato de que com o avanço das tecnologias e a rapidez com que a informação chega e precisa ser divulgada, é necessário repensar as práticas jornalísticas para torná-las mais acessíveis, e é verdade também que esta mudança radical não é algo fácil e rápido de ser implantado.

Mas com os resultados deste trabalho percebe-se o quanto essas práticas precisam começar a ser repensadas neste exato momento. Durante todo o desenvolvimento desta pesquisa foi gratificante perceber a importância de dar voz a quem nunca é ouvido, e mais ainda repensar processos engessados na sociedade com outros olhos.

Contudo, reconhecer os indivíduos surdos como sujeitos capazes, independentes e que têm direitos, é o ponto inicial para resgatar o caráter da Comunicação, como uma profissão voltada para o interesse comum, de forma livre, verídica e eficaz.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto-lei Nº 13.146, de 6 de junho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, Brasília,DF, jul. 2015. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 30 out. 2020.

BONITO, Marco; SANTOS, Larissa Conceição dos; BEILFUSS, Letícia. O jornalismo deficiente, sem acessibilidade comunicativa, nas práxis cotidianas do grupo RBS de Comunicação. **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, v. 15, 2017. Disponível em:

<<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/viewFile/835/484>> Acesso em: 22 out.2020.

BONITO, Marco; SANTOS, Larissa Conceição dos. Repensar os Processos e as Práticas Jornalísticas Pela Ótica da Acessibilidade Comunicativa. **Alterjor**, São Paulo, v. 2, n. 10, p. 133-147, dez. 2019. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/155316>> Acesso em: 20 out. 2020.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pnad contínua**: Tecnologia da Informação e Comunicação, 2018. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais>> Acesso em: 10 out. 2020.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em:

<<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2965&t=pns-2013-dois-anos-mais-metade-nascimentos-ocorreram-cesariana&view=noticia>>

Acesso em: 30 out. 2020.

FENAJ- Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de ética dos jornalistas**

brasileiros. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf> Acesso em: 15 out. 2020.

GESSER, Audei. **LIBRAS? Qual é essa língua?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 87 p.

SECOM- Secretaria Especial de Comunicação Social. **A pesquisa Brasileira de Mídia: Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira**, 2016. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>> Acesso em: 10 out. 2020.

SOUZA, Saulo Xavier de. **Sentidos do Outro Lado:** percepção da mensagem de notícias do telejornal local de tv aberta “jornal do 10” por sujeitos surdos. 2005. 96 f. Monografia - Curso de Jornalismo, Unifor, Fortaleza, 2005. Disponível em: <[https://www.academia.edu/12533575/SENTIDOS_DO_OUTRO_LADO_percepção_d_a_mensagem_de_notícias_do_telejornal_local_de_TV_aberta_Jornal_do_10_por_sujeit os_surdos](https://www.academia.edu/12533575/SENTIDOS_DO_OUTRO_LADO_percepção_d_a_mensagem_de_notícias_do_telejornal_local_de_TV_aberta_Jornal_do_10_por_sujeit_os_surdos)> Acesso em 01 nov. 2020.

SPOMBERG, Thiago Kotarba. **Acessibilidade enquanto pressuposto para Inclusão Social**. 2019. 42 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/198051>>. Acesso em: 20 out. 2020.

STROBEL, Karin. **As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda**. 3 ed. rev. Florianópolis. Ed. da UFSC, 2013. 148p.

PINSKY, Jaime. **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 592 p.